

Lute como uma gordinha, lute como Luísa: mulheres em movimento contra a gordofobia e o capacitismo

Rafaela Pereira Lima¹
Luísa de Souza Rocha Camargos²
Danusa Tederiche Borges de Faria³
Viviane Ferreira Pereira Pinto⁴

Resumo

Nesse artigo, abordamos duas iniciativas de mobilização social que promovem a problematização pública da gordofobia e do capacitismo: Lute Como Uma Gordinha e Inclusive Luísa. Lute Como Uma Gordinha é um livro infantil que trata da gordofobia e da necessidade de que ela seja discutida e enfrentada na escola. Em torno do livro, tem sido tecido um circuito de contações de histórias e debates com crianças e educadoras de escolas públicas. O projeto Inclusive Luísa é protagonizado pela primeira Relações Públicas com Síndrome de Down do Brasil, que apresenta um podcast em que pessoas com deficiência e ativistas contam suas histórias de vida, que desafiam o capacitismo.

Palavras-chave

Mobilização social; comunicação para a mobilização social; enfrentamento à gordofobia; enfrentamento ao capacitismo.

O movimento de problematizar

“Para Educar Crianças Feministas”, best-seller de Chimamanda Ngozi Adiche, é a adaptação, feita pela própria autora, de uma carta em que ela certa vez deu conselhos a uma amiga que se tornara mãe. Num determinado ponto do livro, Chimamanda diz à amiga para ensinar à filha a questionar os homens que só sentem empatia por mulheres de sua rede de relações, mas não simplesmente como seres humanos como eles. Nas palavras da autora:

Ensine-lhe a fazer perguntas como: quais são as coisas que as mulheres não podem fazer por serem mulheres? Essas coisas têm prestígio cultural? Se têm, por que só os homens podem fazê-las? (...)

¹ Pós-doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense, doutora em Comunicação Social pela UFMG, presidente da organização da sociedade civil AIC – Agência de Iniciativas Cidadãs. E-mail: rafaela@aic.org.br.

² Pós-graduanda em Juventudes no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta – FAJE; Graduada em Relações Públicas pela Faculdade Pitágoras. Relações Públicas da AIC. E-mail: luisa@aic.org.br.

³ Doutoranda e Mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais – PPGedu/UERJ. Especialista em Gestão Educacional e Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Integrante da equipe de projetos da AIC. E-mail: danusa@aic.org.br.

⁴ Graduada em Ciência da Informação pela UFMG; coordenadora de projetos na AIC; técnica do projeto de extensão Tecnologias da Comunicação Educativa (UFMG / AIC); fundadora e gestora da organização da sociedade civil Sabcic – Associação dos Amigos das Bibliotecas Comunitárias. E-mail: viviane@aic.org.br.

Ensine-a também a questionar a ideia de que mulheres são uma espécie à parte. (...) Diga a Chizalum que as mulheres, na verdade, não precisam ser defendidas e reverenciadas; só precisam ser tratadas como seres humanos iguais (ADICHIE, 2017, 37-39).

Vivemos numa sociedade que trata determinadas pessoas como “espécie à parte”, marcada por processos de hierarquização das vidas – algumas vidas são privilegiadas e protegidas; outras sofrem processos de exclusão da esfera de direitos; em outras palavras, algumas vidas têm mais valor que outras. Questionar a hierarquização das vidas e defender que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), conforme bem definiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é o grande propósito dos processos de mobilização social pela cidadania.

A junção da palavra mobilizar, sinônimo de colocar em movimento, com a palavra social, que diz respeito a um conjunto dos cidadãos, nos remete diretamente à ideia de uma coletividade colocada em movimento por algo que concerne a ela. Mas, ao discutir mobilização social, nos referimos a algo mais intenso do que a ideia de uma coletividade difusa em movimento. Estamos falando, nesse caso, de um público em movimento. Márcio Simeone Henriques (2017, 2018) conceitua público como um agregado coletivo dinâmico constituído por pessoas que se percebem afetadas por um problema em comum – problema, esse, que consideram ser de interesse da sociedade como um todo – e passam a se ocupar de tal problema, denunciá-lo, agir em relação a ele e conclamar outras pessoas e grupos a também agirem.

Henriques chama a atenção para o fato de que uma coletividade latente só se materializa como um público quando passa a manifestar-se em público para denunciar o problema que a afeta, denunciando tal problema como uma questão concernente a toda a sociedade: como um problema público.

Para Daniel Cefaï (2013), problema público é uma perturbação, “um incômodo que provoca uma arena pública com sensibilizações, preocupações, com a mobilização de investigações, experimentos”. (CEFAÏ, 2013, tradução nossa)

O autor defende que, quando emerge um questionamento em relação ao que está instituído nas relações e no discurso, instaura-se a dinâmica de problematização, que abre sentidos antes instituídos: os critérios de normal e patológico, legítimo e inaceitável, legal e desviante, justo e insuportável são colocados em xeque, testados, discutidos, experimentados.

Para Cefaï, problemas públicos e público emergem de forma imbricada, num processo de uma exploração – por sentidos, atos e palavras –, de busca por reconfiguração dos sentidos desestabilizados. Nessa dinâmica, há uma busca por produzir reenquadramentos. Percepções, crenças e moralidades, convenções e instituições são questionadas. As experimentações de novos sentidos e os debates que se dão são, na percepção do autor, exercícios de reinvenção da sociedade (CEFAÏ, 2013).

Sistemas de opressão que hierarquizam vidas

Carneiro (2011) nos explica que o racismo, sistema de opressão estruturante da nossa sociedade, estabelece, a partir do marcador raça, que certos humanos seriam mais humanos que os outros, numa lógica em que desigualdades de direitos são postuladas como naturais. Às pessoas negras, taxadas como como portadoras de uma “humanidade incompleta”, não cabe, segundo essa lógica, gozar plenamente dos direitos humanos.

Essa mesma lógica que transforma diferenças em desigualdades é a essência do machismo, outro preconceito estrutural de nossa sociedade, que propaga que as mulheres seriam naturalmente menos capazes que os homens – e, portanto, inferiores aos homens. O machismo promove a negação da mulher como cidadã e protagonista da construção de sua própria vida (cf FERRERO, 2017). E ele é a base do patriarcado: sistema social em que o homem – especialmente branco, cisgênero e heterossexual – ocupa uma posição privilegiada de poder. Na sociedade patriarcal, lembra FOLTER (2021), as relações de poder são marcadas pelo domínio dos homens sobre as mulheres e sobre os demais sujeitos fora do padrão normativo de raça, gênero e orientação sexual.

O mesmo ocorre no capacitismo, preconceito que atribui – ou não – valor às pessoas segundo o seu encaixe – ou não – em determinado padrão corporal.

Nas palavras de Fiona Campbell, estudiosa do tema, o capacitismo:

produz um tipo particular de compreensão de si e do corpo (o padrão corporal), que se projeta como o perfeito, o que seria o típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. Deficiência é, assim, disseminada como um estado diminuído do ser humano (CAMPBELL, 2001, p. 44).

Nas definições de racismo, machismo patriarcado e capacitismo, é possível notar que, como bem observou Collins (2019, p. 57), “os paradigmas interseccionais nos

lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção de injustiça”.

O olhar interseccional identifica os mecanismos, entrelaçados, de produção das desigualdades e das injustiças. Um desses mecanismos é o ciclo da invisibilidade, conceito de Werneck (2012): pessoas cujas corporalidades são dissidentes dos padrões hegemônicos – por exemplo, pessoas negras, pessoas com deficiência e pessoas gordas, sendo a maioria delas mulheres e negras –, via de regra, circulam pouco pela cidade, em função de barreiras de acesso e preconceitos. Com isso, acabam não sendo percebidas como membros da comunidade, nem tampouco como sujeitos de direitos. Assim, seguem invisíveis, segregadas e desmobilizadas.

Mulheres diversas contra a hierarquização das vidas

Trataremos, no presente artigo, de duas iniciativas, lideradas por mulheres e realizadas no âmbito de uma organização da sociedade civil (OSC), que promovem processos de mobilização social ao promover o questionamento de estereótipos de “normalidade” que hierarquizam vidas e produzem injustiças sociais: Lute Como Uma Gordinha e Inclusive Luísa.

Lute Como Uma Gordinha é um livro infantil que conta a história de uma menina que luta contra o *bullying* gordofóbico que sofre na escola. O livro foi levado a centenas de escolas públicas, e tem sido abordado em rodas de contação de histórias e conversa. Os encontros de sensibilização envolvendo o livro já beneficiaram seis mil estudantes. A literatura infantil é a base da metodologia dessa iniciativa. Inclusive Luísa, projeto em curso desde 2020, é protagonizado por Luísa Camargos, a primeira pessoa com Síndrome de Down a se formar em Relações Públicas no Brasil.

O projeto conta com um site, palestras de sensibilização em escolas e universidades e, ainda, um podcast, que convida pessoas com deficiência e ativistas a contarem suas histórias, promovendo assim espaços de comunicação e informação para desconstrução do capacitismo. Nessa iniciativa, a metodologia é alicerçada nas histórias de vida.

Lute como uma gordinha: mobilização contra a gordofobia na escola

“Lute como uma gordinha” é um livro infantil (JIMENEZ-JIMENEZ; REIS; GOMES; STEFFEN, 2022) que conta a história de caminhos de enfrentamento à gordofobia construídos por uma menina negra gorda, em interação com a comunidade escolar da qual faz parte, quando sofre *bullying* de cunho gordofóbico em tal escola.

O livro foi ponto de partida para uma série de encontros de sensibilização e mobilização que foram realizados de setembro a dezembro de 2022 em bibliotecas comunitárias e escolas públicas das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, sempre envolvendo estudantes e educadoras do 1º ciclo do Ensino Fundamental. Nos encontros, as autoras do livro convidaram as crianças à participação em jogos teatrais – a proposição era que elas encenassem situações narradas na publicação – e, em seguida, promoveram rodas de conversa.

A iniciativa foi realizada em parceria com a Associação dos Amigos das Bibliotecas Comunitárias - SABIC (que implanta bibliotecas comunitárias e fomenta a leitura nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte) e o Instituto Diversas (de ativismo pela diversidade corporal, contra a gordofobia e outras violências machistas). O projeto levou o debate problematizador da gordofobia a seis mil alunos de escolas de redes públicas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e de cidades vizinhas das duas capitais.

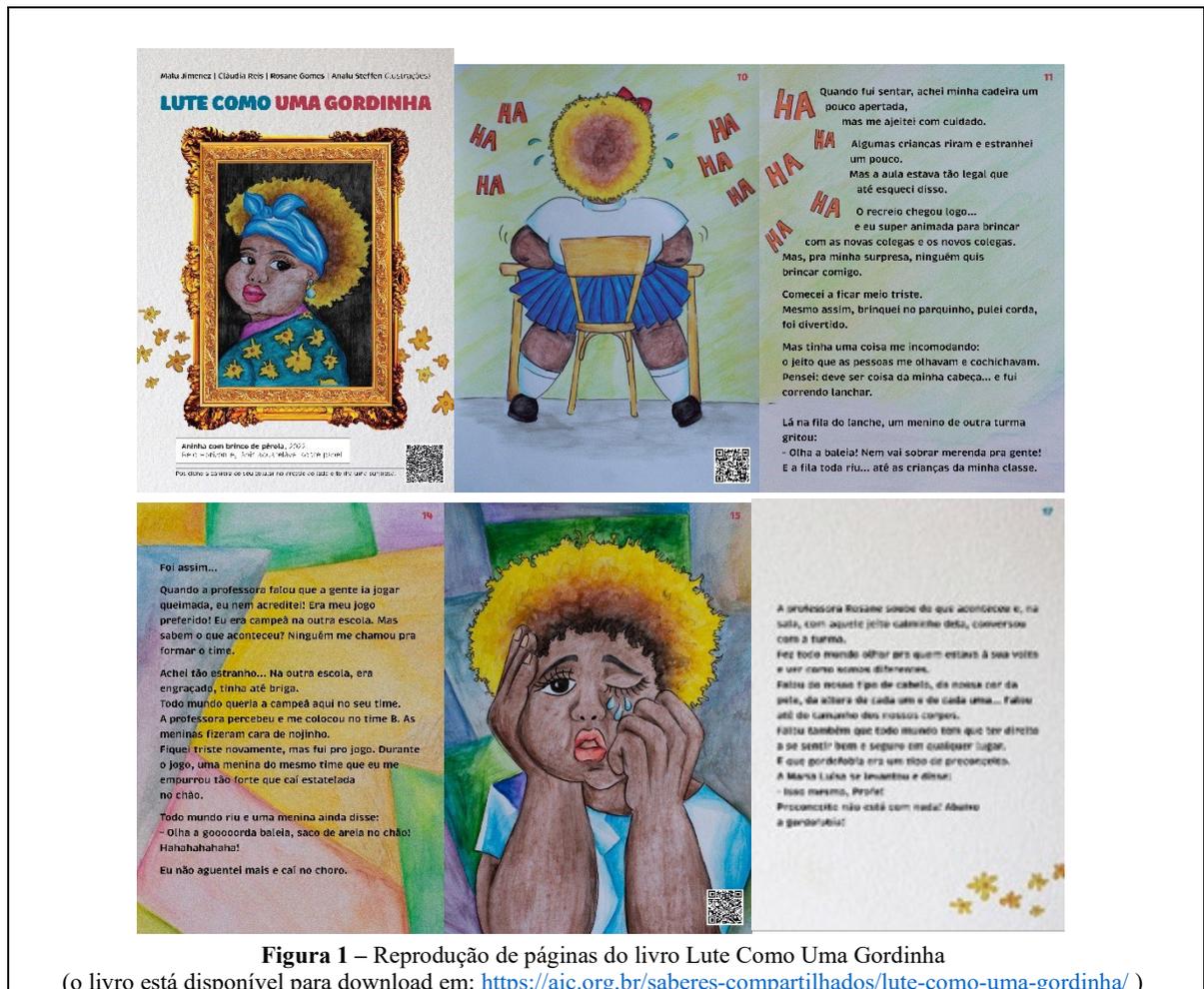


Figura 1 – Reprodução de páginas do livro Lute Como Uma Gordinha (o livro está disponível para download em: <https://aic.org.br/saberes-compartilhados/lute-como-uma-gordinha/>)



Os encontros fomentaram diálogos nos quais, a partir de situações vividas pela protagonista da obra, problemas do cotidiano foram lembrados e debatidos. Desse modo, foi criada uma esfera de problematização pública do tema da gordofobia, de modo a promover a mobilização social de estudantes e educadoras/es para a mitigação do problema nas escolas públicas.

A ação tirou da invisibilidade e do sofrimento silencioso várias situações de *bullying* sofridas em sala de aula, majoritariamente por meninas. Em grupos focais e entrevistas em profundidade realizadas junto a participantes logo após a atividade, a equipe do projeto viu-se diante de inúmeros relatos de casos graves de *bullying* e de adoecimento psíquico de garotas, usualmente tratados como “brincadeiras inocentes”.

Pudemos perceber, nos depoimentos coletados, como as vidas de meninas estudantes do Ensino Fundamental e de suas professoras são atravessadas pela naturalização da gordofobia no cotidiano. Diversas participantes nos relataram que, quando o *bullying* foi problematizado a partir do livro, abriu-se um espaço para que casos vivenciados fossem percebidos e tratados não como vergonhas e humilhações privadas, mas como episódios de violência e injustiça, calcadas em preconceito. Elas nos relataram, ainda, que a atividade de performar cenas do livro e conversar sobre elas foi uma experiência concreta de respeito e valorização dos diferentes corpos, na contramão da lógica de humilhação que é imposta pelo *bullying*. Destacamos, a seguir, depoimentos que trazem essas reflexões.

Ainda ontem, uma de nossas alunas foi verbalmente agredida por um colega, que disse: “você é feia, gorda, lixo”. A atividade do livro “Lute como uma gordinha” foi importante para aprofundar um debate, que iniciamos a partir de tal caso, sobre o problema do *bullying*. Como o relato das escritoras, e a leitura da história, representam nossas estudantes, que recebem constantes palavras duras, afiadas e depreciativas sobre seus corpos! Como educadora, me sinto feliz por ter tido a possibilidade de oportunizar aos estudantes esse momento de reflexão aberta e franca sobre gordofobia, auto percepção, autoaceitação, autorrespeito e respeito ao outro. Não tem preço ver a adolescente que havia sido profundamente ferida por palavras preconceituosas se sentir representada, empoderar-se e sorrir! (Relato da professora Rosemary Canuto, 2022)

Quando eu cheguei aqui, eu estava muito triste, sabe? Chorei muito ontem, porque um menino da escola me chamou de “lixo”. Eu estava me sentindo feia e achando que ninguém gostava de mim. Mas agora eu me animei. Foi muito legal ir lá na frente, com as professoras (escritoras do livro). Nosso corpo é bonito do jeito que for. Não vou esquecer disso nunca! (Depoimento da estudante L.M.F, 2022)

Chamou nossa atenção o fato de que todas as educadoras e boa parte das turmas de estudantes participantes da atividade associaram a gordofobia a violência de gênero: a violência que as meninas sofrem ao ouvir “palavras duras, afiadas e depreciativas sobre seus corpos”, como destacou a professora Rosemary. Outro aspecto que vale ser mencionado é que, ao avaliar as discussões, algumas educadoras manifestaram um incômodo e questionaram lógicas gordofóbicas presentes no discurso da própria equipe escolar. Elas identificaram práticas de vigilância e controle dos corpos das mulheres, muitas vezes disfarçadas de cuidado, de “preocupação com a saúde”, e deram vários exemplos, em diálogos cotidianos, da reprodução da lógica “tem que ser magra a qualquer custo”.

Com base na experiência, acreditamos que desvelar o preconceito e conversar sobre ele quebra o ciclo de silêncio e, conseqüente, tira da invisibilidade tanto as atitudes preconceituosas quanto o sofrimento das vítimas. Complementarmente, quando no debate se atribui dignidade e valor ao corpo gordo, abrem-se possibilidades concretas de expressão da diversidade dos corpos na escola e de mitigação do *bullying*. Isso é especialmente importante se considerarmos que o estresse tóxico relacionado a agressões físicas, morais e verbais, vivenciadas sobretudo nos ambientes escolar e familiar, é um importante fator de risco para a depressão na infância (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2017).

Outro aspecto a ser ressaltado é que, muitas vezes, ao se colocar a gordofobia em discussão, outros preconceitos estruturais vêm à tona. Isso pode ser verificado na fala de um dos estudantes que participou do projeto: “Eu nunca fui chamado de gordo, mas já

chorei por ser chamado de preto e macaco. Isto dói igual a ser chamado de gordo” (Depoimento do estudante B.R.A, 2022).

Inclusive Luísa: mobilização pela sociedade inclusiva

Inclusive Luísa, como já indicamos, é um projeto que foi concebido e é liderado por Luísa Camargos, que é a primeira pessoa com Síndrome de Down (SD) a se formar e a atuar profissionalmente como Relações Públicas no Brasil.

Luísa começou a trabalhar como relações públicas numa instituição do terceiro setor em 2019 e, desde o início, toda a equipe percebeu que a própria história de vida dessa profissional seria um importante elemento de mobilização contra o capacitismo. A partir dessa premissa, a instituição criou, junto com Luísa, um projeto pioneiro, que tem a mesma como protagonista. Nasce o “Inclusive Luísa”, que envolve um site, palestras em escolas e universidades realizadas em por Luísa, e um podcast.

O site do projeto é um grande repositório de informações sobre a luta pela sociedade inclusiva. Já o podcast é um espaço em que Luísa entrevista pessoas com deficiência que desafiam preconceitos e ativistas da luta contra o capacitismo.

No podcast, o público tem a oportunidade de se aproximar das vivências do dia-a-dia de quem desafia preconceitos. Rafael Cavalcante, atleta medalhista bicampeão da seleção brasileira de futsal, foi um dos entrevistados do podcast. Assim como Luísa, ele também tem Síndrome de Down. Rafael lembra que exercer uma profissão, trabalhar para construir uma carreira – no caso dele, no esporte – nada mais é do que a oportunidade de realizar a própria história e o próprio sonho. Ele diz: “o fundamental é viver o meu empoderamento, interagir com as pessoas, sair com os amigos para a balada, namorar, trabalhar, ser um adulto... fazer as coisas que todo mundo faz”.

Izabela Campos, mulher negra e com deficiência visual, também está num dos podcasts. Ela afirma: “Não é a deficiência que vai impedir a gente de ser um cidadão como as outras pessoas, mas eu demorei a ter consciência disso. Com 18 anos, eu não sabia nem ler, nem escrever, não sabia nada do mundo!”.

Para ilustrar um pouco das produções desse projeto, seguem imagens do site e de e-flyers de divulgação de alguns dos podcasts já realizados.



Figura 3 – Tela de abertura do site Inclusive Luisa (<https://www.inclusiveluisa.aic.org.br/>)



Figura 4 – Imagens de e-flyers de divulgação do podcast Inclusive Luísa: Luísa Camargos, protagonista do projeto e do podcast; Mariana Rosa, mulher com deficiência (baixa visão), jornalista, mãe da Alice – criança com paralisia cerebral -, educadora e militante; Alex Duarte, escritor, cineasta e defensor da causa; Fernanda, pedagoga, que estuda e atua pela inclusão profissional da pessoa com deficiência; Izabela Campos, paratleta PcD_visual; Wilson Mingote, professor da Faculdade Pitágoras e tio de uma criança com deficiência – o que mudou inteiramente sua forma de perceber a questão –; Neusa Loureiro (*in memoriam*), psicopedagoga da Luísa. Criação artística das peças: Bruna Lubambo, Jéssica Kawaguiski e Lucas de Pedro.

Mais recentemente, Luísa propôs uma virada em seu podcast, apostando no formato de videocast. Esse foi o formato da quinta temporada, que foi lançada em outubro de 2023 e traz cinco episódios em comemoração aos 30 anos da instituição em que ela trabalha, e também dos seus 30 anos.

Nessa última temporada, Luísa selecionou apenas convidados que, assim como ela, são pessoas com SD que atuam em diferentes áreas profissionais e possuem histórias de

vida muito inspiradoras como o casal Tathy Piancastelly e Vinícius Streda, que nos contam bastante sobre a vida cotidiana de um casal com SD.

Outra convidada foi a jovem Victória Mesquita, que foi responsável pela campanha #atualizaGoogle, na qual chamou a atenção do maior site de buscas do mundo, que até então conceituava a T21⁵ como doença. Após a mobilização puxada pela jovem influenciadora e ativista, hoje as buscas no Google já trazem o conceito correto, informando que a de Síndrome de Down é uma condição genética.

Luísa ouviu ainda a atriz Samantha Quadrado, que também é casada com um jovem com Síndrome de Down; e o João Vítor, que conta como foi ser aprovado para quatro universidades e fala de sua alegria por estar cursando Educação Física na PUC-GO, bem como por ser o primeiro conselheiro jovem com deficiência do UNICEF. E, para fechar a temporada, Luísa conversa com duas de suas colegas na AIC. A conversa gira em torno de como tem sido o exercício da inclusão no ambiente profissional.

Em uma das conversas dessa quinta temporada, Vinícius, que é autor e escritor deixa uma reflexão acerca do preconceito. Ele afirma:

“Nós vivemos em uma sociedade em que as pessoas convivem e se relacionam. A convivência significa inclusão na prática (...) a cultura tem enraizado o preconceito e, quanto mais preconceito houver, mais trabalho nós vamos ter.” (Entrevista ao podcast Inclusive Luísa – 5ª Temp., Ep. 01; 2023)

A luta contra o capacitismo vai perdurar enquanto as estruturas sociais que fundamentam uma lógica preconceituosa persistirem. Enquanto as pessoas enfrentarem barreiras para circular pela cidade a participar dos espaços de convívio e trabalho. É disso que nos fala o Vinícius.

Conforme já discutimos, invisibilidade e exclusão andam juntas: a grande maioria das pessoas com deficiência não têm acesso aos espaços de sociabilidade, educação, trabalho e lazer, e isso perpetua sua invisibilidade – tanto literal quanto na perspectiva de sujeitos de direitos. Por isso, a importância de uma iniciativa como o projeto Inclusive

⁵ Sigla de Trissomia 21, alteração genética em que há um cromossomo a mais no par 21. Tal condição genética é popularmente conhecida como Síndrome de Down

Luísa, liderado por uma Relações Públicas com Síndrome de Down, que dá visibilidade a pessoas com deficiência a um só tempo lutando por cidadania e exercendo a cidadania.

Uma colega de trabalho de Luísa na AIC conta que:

Atuar no Inclusive Luísa e conviver com a Luísa criou uma rede nova pra mim e me abriu um caminho novo. A Luísa é um exemplo que nos mostra que podemos, juntos, criar uma sociedade mais inclusiva, compreendendo que o acesso a oportunidades tem que ser garantido pra todas as pessoas, cada um com as suas especificidades e necessidades. (Trecho de entrevista com Sarah Dutra, 2023)

O Inclusive Luísa se alinha a essa perspectiva e busca ser um espaço de vivência, expressão e celebração da diversidade. No trabalho cotidiano, nas histórias contadas, no exemplo da trajetória da protagonista do projeto, a iniciativa demonstra que a sociedade aberta à diversidade é um ideal que pode e precisa ser construído em todos os espaços, todos os dias.

Vale dizer que a iniciativa tem uma ampla visibilidade pública – o que é, como vimos, um aspecto fundamental da mobilização social. O alcance dos podcasts no ano de 2023 foi de mais de 202 mil pessoas.

Corpos dissidentes em movimento

Para nossas considerações finais, retomamos as discussões propostas por Henriques e Cefai para indicar aproximações entre Lute Como Uma Gordinha e Inclusive Luísa. Ambas são iniciativas lideradas por mulheres com corpos dissidentes dos padrões que lógicas de preconceito e opressão definem como norma. Instauram problematizações: desestabilizam sentidos, há muito cristalizados, que hierarquizam vidas e erguem barreiras que limitam o acesso a direitos. Ao fazê-lo, convidam a sociedade a desconstruir tais lógicas.

Lute Como Uma Gordinha integra um movimento, que se espalha pelo mundo há mais de 50 anos⁶, de mulheres que lutam contra a gordofobia: o feminismo gordo, no dizer de Malu Jimenez (JIMENEZ-JIMENEZ, 2024). O que essas feministas afirmam é que a gordofobia é uma opressão que diz respeito fortemente a gênero, uma vez que o padrão de

⁶ O marco histórico considerado como seminal dessa luta é a fundação da NAAFA (Associação Nacional para o Avanço da Aceitação dos Gordos, em tradução livre), nos Estados Unidos, em 1973.

beleza e saúde estabelecido para a mulher, que tem a magreza como pilar, é um mecanismo capitalista de opressão das mulheres. Perseguir o padrão do corpo considerado saudável e belo submete a mulher a uma lógica injusta ditada pelo olhar do homem.

Inclusive Luísa é uma iniciativa que se soma à luta das pessoas com deficiência contra o capacitismo. Uma luta, instituída como movimento no final dos anos 1970, que denuncia que a deficiência é uma produção social. São deficientes pessoas que, em função de alguma característica de seus corpos, enfrentam barreiras, erguidas pelo capacitismo, para acessar direitos. O que a luta contra o capacitismo indica é que a diversidade é a principal característica da espécie humana, conforme destaca a ativista e pesquisadora Cláudia Werneck (2023). As pessoas com deficiência integram esse vasto e rico leque da diversidade que nos constituem. E é preciso reconhecer como legítimos e atribuir valor à multiplicidade de conformações dos corpos, das habilidades e dos modos de viver de todas as pessoas.

Nota-se que as duas reivindicações se aproximam na defesa da diversidade como valor e no questionamento do preconceito contra a diversidade e das barreiras de acesso a direitos que ele ergue. Ao fazê-lo, ambos possibilitam algo muito valioso: emancipam pessoas que, quando vivem no âmbito privado humilhações e interdições aos seus direitos, podem internalizar a opressão e ser enredadas pelas lógicas dominantes.

Pessoas com deficiência têm suas trajetórias de vida totalmente impactadas por barreiras. Muitas vezes, diante da falta de acessibilidade das escolas e de serviços de saúde adequados, têm seu desenvolvimento limitado, além de evadir ou mesmo não acessar as escolas. Como já abordamos, em função de preconceitos reiterados, circulam menos – ou mesmo não circulam – pela cidade. Não vislumbram a possibilidade de participar de espaços de convivência e de várias instâncias de participação política porque tais espaços têm barreiras físicas e atitudinais que as intimidam ou mesmo excluem cabalmente. Essas pessoas, e seus familiares, quando se conectam à luta contra o capacitismo, passam a exigir todos esses direitos e se organizam para ocupar todos os espaços possíveis.

No caso das mulheres gordas, a maior parte delas se considera “sem força de vontade” e dedica grande parte de sua energia de vida na busca pelo corpo magro e, finalmente, da aceitação social. Algumas dessas mulheres, ao entrarem contato com um movimento que questiona toda essa lógica, passam a viver uma relação diferente com o

corpo e com o próprio estar no mundo. Passam a circular por lugares em que não iam por vergonha ou medo de literalmente não caber (é o caso da roleta do ônibus, da cadeira do bar ou do cinema) e a exigir espaços acessíveis aos seus corpos. Questionam o equipamento público de saúde que não tem estrutura e nem médicos preparados para oferecer a elas atendimento com dignidade, a exclusão que sofrem no mundo do trabalho, e inúmeros outros processos discriminatórios as afastam dos direitos de cidadania.

Como vimos, a conexão à luta por direitos emancipa pessoas gordas e pessoas com deficiência. Retomando as considerações de Henriques, essas pessoas seriam apenas uma coletividade latente – milhões de pessoas sofrendo no âmbito privado, sem perspectivas de enfrentamento, de busca pela superação das barreiras. Mas quando percebem o problema público que as afeta e passam a postulá-lo, elas se lançam a uma construção política: lutam por transformação social e, ao mesmo tempo, transformam suas vidas, ao afirmarem que elas têm tanto valor quanto todas as outras vidas desse planeta.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CEFAÏ, Daniel. L'expérience des publics: institution et réflexivité. **EspacesTemps.net**. Travaux, 04 mar. 2013. Disponível em: <http://www.espacestems.net/articles/l'experience-des-publics-institution-et-reflexivite/>. Acesso em: 4 fev. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERRERO, Clara. O vocabulário feminista que todos já deveriam estar dominando em 2017. *El País*, 11 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/cultura/1499708850_128936.html. Acesso em:

HENRIQUES, Márcio Simeone. As organizações e a vida incerta dos públicos. In: MARQUES, Ângela; OLIVEIRA, Ivone; LIMA, Fábila (org.). **Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas**. V. 2. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2017.

_____. Promoção do interesse e projeção da experiência: a formação dos públicos na interação com as organizações. In: FRANÇA, Vera R. V.; SIMÕES, Paula G. (org.). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa; SANTOS, Cláudia Reis; GOMES, Rosane; STEFFEN, Analu. **Lute como uma gordinha**. Belo Horizonte: AIC: SABIC, 2022.

JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa. Feminismo Gordo. **Enciclopédia Mulheres na Filosofia**, 07 mar. 2024. Publicação online. Disponível em:

https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/feminismo-gordo/?fbclid=PAAaZ-ARiMXQoAp6_fs-cdjnsTjXQjkmiezyM6QZL6gEo1q_mXQpJrjRmCznA. Acesso em 09 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro 1948. Publicação eletrônica. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em 01 mar. 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **O papel do pediatra na prevenção do estresse tóxico na infância (Manual de Orientação)**. Rio de Janeiro: SBP, 2017. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2017/06/Ped.-Desenv.-Comp.-MOrient-Papel-pediatra-prev-estresse.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

WERNECK, Cláudia. **Quem cabe no seu todos?**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2012.

_____. **Conceito de escola inclusiva ainda é pouco compreendido no Brasil**. Publicação online. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/conceito-de-escola-inclusiva-ainda-%C3%A9-pouco-entrevista-claudia-werneck/?originalSubdomain=pt>. Acesso em 10 jul 2023.